

## O EMPREGO DE ESTRATÉGIAS TEXTUAL-DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NO GÊNERO EDITORIAL: UM ESTUDO SOBRE O EDITORIAL “MAIS CEDO”

Dulce Maria Lopes de AGUIAR<sup>1</sup>

*ABSTRACT: The present work, taking into account the relevance of argumentativity at the social and discursive practices, analyzes the contributions of textual-discursive strategies in the construction of argumentative orientation in editorial of written journalism. The discussion was focused at the election for President of the Federative Republic of Brazil at 2002. The considerations, guided by the perspective of enunciation (here understood as the historical context of the enunciated), search relate the text, the discursive practice and the social practice. This research is theoretically oriented by the notions of discursive practise, social practise and discursive gender. The analysis, started from the schematic configuration of editorial and its predominant discursive sequence, investigated "linguistic clues" left by the editorialist at the moment of enunciation. The work presents, as result of research, the analysis of one editorial of the "Folha de São Paulo" Journal, being comented the main textual-discursive strategies adopted.*

*KEYWORDS: argumentation 1; interaction 2; editorial 3; polyphony 4; textual-discursive strategies 5.*

### 1. Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados alcançados a partir de um estudo sobre o emprego de estratégias textual-discursivas na construção do acontecimento eleições para Presidente do Brasil em 2002. Como decorrência do grande interesse em estudar os recursos utilizados pela mídia escrita no intuito de formar a opinião de seus eleitores, optou-se pelo domínio do jornalismo escrito, mais precisamente pelo estudo do gênero editorial.

Tendo em vista a relevância da argumentatividade nas práticas discursivas e sociais, foram analisadas as contribuições das estratégias textual-discursivas na construção da orientação argumentativa do recorte temático escolhido. As análises realizadas, orientadas pela perspectiva da enunciação (aqui entendida como aparecimento histórico do enunciado), procuraram relacionar texto, prática discursiva e prática social. Para a realização das análises de como os sujeitos ocupam determinados lugares sociais, produzindo o gênero em função da cena que estabelecem, a pesquisa fundamentou-se nas noções de prática discursiva, prática social e de gênero discursivo. O estudo, que partiu da configuração esquemática do gênero e da sequência discursiva nele predominante, investigou nos editoriais as “pistas” lingüísticas deixadas pelo editorialista no momento da enunciação. Composto o *corpus* da pesquisa, foram analisados editoriais de dois jornais, *Folha de São Paulo* e *Estado de Minas*, publicados de julho a outubro de 2002.

Neste artigo, apresenta-se a análise do editorial “Mais cedo” da *Folha de São Paulo*, publicado em 29 de julho de 2002. Comentam-se as estratégias textual-discursivas consideradas mais relevantes, entre as quais se destacam: o agenciamento de vozes pelo locutor, o emprego do mas polifônico e a construção de objetos de discurso.

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras. Instituto Federal de Minas Gerais / Campus Ouro Preto

## 2. “Mais cedo” ou enquanto a dengue não vem

O editorial “Mais cedo” foi publicado na *Folha de S. Paulo* de 29 de julho de 2002, período de inverno e estiagem, aspectos significativos em relação ao teor do texto. Outro ponto que merece destaque é o fato de que, naquele momento, já se definiam as candidaturas para a eleição à presidência da República. Apesar de não ser objetivo do editorial abordar diretamente o tema eleições, este editorial foi escolhido para análise com o intuito de se evidenciar as estratégias discursivas utilizadas pelo editorialista, no sentido de apresentar e comentar o fato (anúncio do aumento de verbas para o combate à dengue) e sua possível repercussão (a possibilidade do aumento ser interpretado como eleitoreiro), sem que o jornal se compromettesse com as afirmativas feitas.

A análise deste editorial será iniciada a partir de seu título. O título deste editorial constitui-se de uma construção nominal, formada pelo advérbio de intensidade “mais” e o advérbio indicativo de temporalidade “cedo”, que compõem juntos uma locução adverbial indicativa de tempo. Apesar do importante papel exercido por esse título na construção argumentativa do texto, a leitura unicamente do título oferece baixo grau de informatividade em relação àquilo que o editorial vai abordar, configurando-se como um ato enunciativo ao qual, à primeira vista, pode-se, apenas, relacionar a idéia de julgamento ou de necessidade.

Para saber do teor do texto, o leitor depende da leitura da chamada, que anuncia os editoriais na primeira página da *Folha de S. Paulo* e/ou da leitura do próprio editorial. O título, portanto, constitui-se de uma asserção cuja força expressiva se realiza de forma mais evidente com o desenrolar do editorial. Apesar de, como já foi dito, não versar diretamente sobre o tema eleições, uma vez que aborda o anúncio do aumento de verba para o combate à dengue, a relação do editorial com o tema eleição se dá logo no primeiro parágrafo. Ao iniciá-lo, o editorialista faz referência às eleições pela seguinte afirmação: “Não faltará quem classifique como eleitoreiro o aumento de 35,2% na previsão de verbas para combater a dengue em 2002”. Esse enunciado introduz duas asserções significativas em relação ao projeto do texto: informar sobre o anúncio do aumento de 35,2% na previsão de verbas para o combate à dengue e levantar a hipótese de que esse aumento possa ser eleitoreiro.

Na sequência da análise do editorial serão apresentados e comentados o fato noticioso, a premissa, o objetivo do editorial, os argumentos utilizados e a conclusão. Após essa análise, serão apresentadas algumas das estratégias discursivas utilizadas pelo editorialista para conseguir os efeitos pretendidos: o emprego do enunciador genérico, o uso do *mas* polifônico e a construção de referentes.

O *fato noticioso* – aumento de 35,2% na previsão de verbas para combater a dengue em 2002 – é apresentado no primeiro parágrafo, como se pode ver a seguir. A partir desse fato, o Locutor apresenta a seguinte *premissa*, que também aparece no primeiro parágrafo, coincidindo com o comentário do fato noticioso. “Mesmo que tenha motivação eleitoral, a ampliação dos fundos anunciada pelo Ministério da Saúde para enfrentar a doença é bem-vinda”.

Não faltará quem classifique como eleitoreiro o aumento de 35,2% na previsão de verbas para combater a dengue em 2002. Mesmo que tenha motivação eleitoral, a ampliação dos fundos anunciada pelo Ministério da Saúde para enfrentar a doença é bem-vinda. De janeiro a julho deste ano, foram oficialmente computados 673.059 casos. Levando em conta o fenômeno da subnotificação, é lícito supor que milhões de brasileiros foram infectados.

É interessante observar que, a partir desse primeiro parágrafo, o editorial parece ter como *objetivo* demonstrar a necessidade das verbas. Com o decorrer do texto, porém,

evidencia-se a crítica em relação ao atraso do governo quanto aos cuidados necessários para conter a epidemia de dengue no país. Essa crítica é feita indiretamente, ao longo do texto, pela apresentação de evidências quanto à presença de muitos casos de dengue e quanto aos riscos que a doença representa, o que orienta, com o título e com a conclusão do editorial, para a idéia de que as verbas deveriam ter chegado mais cedo.

São apresentados como *argumentos* para a idéia de que a verba é necessária:

- há necessidade de redobrar esforços para conter a epidemia pois ela ainda não acabou;
- apesar do problema parecer minimizado por ser inverno, os ovos para a próxima geração de mosquitos já foram depositados e vão eclodir no próximo verão;
- já são 13 os Estados (até o ano passado era só o Rio de Janeiro) que apresentam o sorotipo três, além dos sorotipos mais comuns, o um e o dois;
- infecções recorrentes por sorotipos diferentes aumentam o risco da dengue hemorrágica, que pode ser fatal se não diagnosticada previamente;
- o *Aedes aegypti*, vetor da dengue, é também vetor da febre amarela, uma doença bem mais grave.

No último parágrafo do editorial apresenta-se a *conclusão* a ser comentada com mais detalhe ao final desta análise. A referência ao atraso por parte do governo em relação às verbas reaparece estabelecendo uma relação com o título ainda que invertida.

Apresentada a organização esquemática discursiva argumentativa do editorial, faz-se necessário ressaltar que, dado o momento sócio-histórico – ano de eleições e o fato de José Serra ser o candidato do governo à presidência da República, o editorial poderia funcionar como campanha negativa em relação ao governo, podendo atingir também a candidatura de Serra. Esses efeitos, porém, encontram-se atenuados pelo emprego de diferentes estratégias relacionadas ao fenômeno da polifonia.

Na seqüência do texto, serão comentadas algumas dessas estratégias, as quais funcionam como atenuação do que é dito, o que contribui para evitar que o jornal seja responsabilizado pelo que apresenta, assim como não evidencia diretamente os aspectos que aborda. Serão comentados o emprego do enunciador genérico, o uso do *mas* polifônico e a construção de objetos de discurso em relação à apresentação de um dos enunciadores agenciados pelo Locutor.

O conceito de enunciador genérico (GUIMARÃES, 2002, p.25) apresenta-se como um lugar de dizer em que ocorre o apagamento do lugar social. O que “aí se diz é dito, não de um lugar individual, independente de qualquer contexto, mas é dito do lugar de um acordo sobre o sentido (...)”. Esse conceito contribui para a análise do enunciado “Não faltará quem classifique como eleitoreiro o aumento de 35,2% na previsão de verbas (...)”.

Remete-se, nesse enunciado, a uma fala do senso comum, que se relaciona à idéia de que o que se diz é dito de um lugar não individual, havendo uma indefinição em relação ao conjunto que configura aqueles que considerarão como *eleitoreiro* o aumento das verbas. Como se trata de um fato ocorrido em julho, com eleições para presidente e governador previstas para outubro, para apresentar essa idéia, sem se responsabilizar por ela, o editorialista conta com a cooperação do leitor, no sentido de resgatar na memória o fato de que, durante os períodos que antecedem a eleições, é comum que algumas obras e atos sejam realizados não com a finalidade de atender aos direitos do cidadão ou como dever do Estado, mas, sim, com a finalidade de angariar votos.

Como afirma Fairclough (2001), o sentido do texto é construído a partir das pistas deixadas pelo autor, mas dependentes da interpretação do leitor e dos textos que este traz para o momento da leitura.

Apresentando dessa forma a idéia de que o aumento da verba pode ter pretensão eleitoreira, este editorial mostra-se ambíguo. No lugar de fazer uma crítica direta, utiliza-se de uma estratégia polifônica pelo agenciamento de uma outra voz, no caso, de um enunciador genérico.

Um outro recurso utilizado na atenuação dos efeitos do que vai sendo apresentado, é o emprego da expressão “Ministério da Saúde” no enunciado “(...) a ampliação dos fundos anunciada pelo Ministério da Saúde é bem-vinda”, presente no primeiro parágrafo do editorial.

Observa-se aí um recurso analisado por Antunes (2002) em um estudo das estratégias discursivas dos argumentos, realizado a partir de fragmentos de exemplares de gêneros da “comunicação pública”, coletados em jornais e revistas de circulação nacional. A análise proposta pela autora parte do pressuposto de que toda unidade lingüística que figura na linearidade sintagmática de nossas enunciações corresponde a uma escolha do enunciador e representa um lugar de onde se fala. Essa escolha que, na verdade, nunca é neutra, implica em responsabilidade da parte de quem enuncia, considerando-se que a escolha feita vem “carregada de historicidade, impregnada de visões de mundo, pois está inserida numa determinada prática discursiva, a qual, por sua vez, é parte de um momento cultural” (2002, p. 217).

Em sua análise, Antunes observa a ocorrência de um processo de deslizamento do sentido, em sua maior parte por processos metonímicos. Esse procedimento interfere na indicação da entidade referida. Escolhe-se uma entidade abstrata, não individual, representativa de uma classe de indivíduos, no lugar da entidade particular, individual, que poderia, realmente, assumir o papel controlador do estado dinâmico expresso pelo predicador.

Um outro fato observado é a atribuição da função de “agente” a esses termos metonímicos, quase sempre no lugar de sujeito. “Dessa forma, a entidade nomeada como controladora passa a ser uma classe, um grupo, uma instituição, cujas potencialidades se esvanecem nos fluidos limites das abstrações” (ibidem, p. 222).

No caso deste editorial, a expressão “Ministério da Saúde” funciona como “agente” da passiva. Na construção da orientação argumentativa do texto, a construção desse objeto de discurso aponta para o cuidado do locutor, no momento de assumir responsabilidade pelo que afirma, em obscurecer a identidade dos reais “agentes”.

Nessa medida, quando se levanta como hipótese a intenção eleitoreira do aumento da verba e se afirma o atraso para a sua disponibilização, o editorialista utiliza-se de um procedimento impessoalizante, interferindo na indicação da entidade referida, pelo expediente discursivo de deslizamento da referência a uma totalidade abstrata (Ministério da Saúde), obscurecendo a identidade dos agentes reais. Dessa forma, esses agentes ficam, individualmente, isentos de serem responsabilizados.

Essa estratégia caracteriza-se como uma das estratégias de preservação da face, vinculando-se aos demais recursos utilizados pelo editorialista ao apresentar a posição do jornal. A construção se faz de uma forma que, já começando pelo título, deixa margem para mais de uma possibilidade. Por tratar-se de um editorial que comenta uma medida tomada com atraso pelo governo – o aumento das verbas para o combate à dengue, num ano eleitoral, principalmente com eleições para presidente –, as ações do governo têm impactos desfavoráveis em relação à candidatura daquele que seria o *candidato governista*. Em relação ao fato discutido no editorial, há um fator agravante quanto ao seu possível impacto: o candidato do governo foi ministro da Saúde.

Em nenhum momento do editorial, porém, faz-se referência a esse fato. O que parece, somado às outras estratégias utilizadas, evidenciar um cuidado do editorialista em não expor o jornal, no sentido de configurar uma atitude de ataque ao candidato do governo e ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Ocorre, porém, que, apesar de não ser apresentada diretamente, está implícita ao longo do texto, pela exposição dos dados sobre o avanço da epidemia assim como sobre a forma de proliferação dos mosquitos, a idéia de que não foram realizadas as ações necessárias para o combate à dengue, uma vez que o risco permanece a partir dos ovos já depositados, a eclodir no próximo verão.

A cena enunciativa remete a um sujeito que se constitui como alguém que possui um conhecimento técnico da área da saúde, ao apresentar o número de casos, ao utilizar termos como “subnotificação”, e, ainda, dados técnicos sobre a doença. Esses recursos contribuem para o ar de distanciamento que a cena enunciativa constrói, como se sua intenção fosse apresentar, sem alarde, os dados referentes à doença, importantes para a população, mas de forma a não responsabilizar o governo pelas falhas no combate à dengue.

Ao mesmo tempo em que toma esses cuidados, o autor utiliza estratégias que garantam a orientação argumentativa do texto. Depois de introduzir com cautela o assunto nos dois primeiros parágrafos, utiliza-se do enunciado “Mas que ninguém se engane”, que contribui para mudar o rumo do texto.

Percebe-se, nesse ponto do texto, o emprego de uma estratégia argumentativa que corresponde a frustrar uma expectativa que se criou no interlocutor. (KOCH, 1993, p. 158–159). Pelo emprego do *mas*, invalida-se o que foi apresentado nos dois parágrafos iniciais do texto, seguindo-se a apresentação de argumentos mais fortes, em outra direção. Por causa de estratégia utilizada, o editorialista não dá a conhecer, anteriormente, a sua intenção, gerando no leitor, como já foi dito, expectativas diferentes quanto ao encaminhamento do texto.

Para os recortes com o *mas*, segundo Guimarães (2001, p. 118), “deve-se considerar também a polifonia da enunciação”, de forma a averiguar como o emprego desse operador argumentativo contribui para a orientação argumentativa do editorial.

Serão analisadas, a seguir, as operações envolvidas no processamento do enunciado que contém o *mas polifônico*. Para tanto, serão apresentados, primeiramente e de forma resumida, o desenvolvimento dos parágrafos iniciais, o enunciado com o operador *mas* que se encontra em análise e a seqüência do texto que anuncia os riscos de proliferação da dengue para o próximo verão.

- O aumento das verbas para o combate à dengue é necessário diante dos inúmeros casos de brasileiros infectados pela dengue. A epidemia não acabou, apenas deu uma trégua por ser inverno, o que dificulta a proliferação do mosquito-vetor da doença. “Mas que ninguém se engane”. O risco é muito grande: já que o sorotipo três se está espalhando, a dengue hemorrágica pode ser fatal e a epidemia continuará no verão, se não forem tomadas as medidas necessárias.

Para a análise das idéias do editorial anteriormente apresentadas, será utilizada a seguinte representação, de forma a evidenciar a presença de mais de um locutor neste tipo de enunciado com *mas*.

$$L- E_1 ((E_0-A \rightarrow r) \text{ mas } (B \rightarrow \sim r)) \rightarrow \sim r$$

Ou seja, o locutor diz  $B \rightarrow \sim r$  de uma perspectiva ( $E_1$ ) e diz  $A \rightarrow r$  de outra perspectiva ( $E_0$ ).

O que se tem então é a presença de dois enunciadores, um que se responsabiliza pelas falas iniciais de que a verba é bem vinda ( $E_0 - A \rightarrow r$ ) e um outro ( $E_1$ ) que alerta para os riscos e para o fato de que a verba chega com atraso. L, no caso, assimila-se a  $E_1$ , mas de uma forma velada, com o intuito de não se comprometer com o que enuncia. Como se pode ver, pode-se

reconhecer nesta proposta de análise o emprego de uma estratégia polifônica utilizada na construção da orientação argumentativa do editorial.

No último parágrafo, apresenta-se a conclusão. A alusão ao atraso por parte do governo em relação às verbas reaparece por meio de um comentário, estabelecendo uma relação com o título. Enquanto o título é composto pela expressão “Mais cedo”, no último parágrafo encontra-se a afirmativa “Na verdade chega *com atraso*”, referindo-se ao momento da chegada das verbas. Ao iniciar o último parágrafo com a expressão “Eleitoreira ou não”, retoma a fala introdutória do texto. Sem se posicionar diretamente quanto a esse ponto, ao afirmar que o aumento “chega *com atraso*”, parece orientar indiretamente para a idéia de que o momento para o anúncio do aumento das verbas, naquele momento, pode ter sido escolhido por causa das eleições.

Como anunciado na introdução desta análise, são apresentadas algumas considerações quanto a alguns mecanismos de referenciação utilizados neste editorial. As estratégias utilizadas pelo editorialista, aqui apontadas, funcionam como recurso para que o texto se mantenha fiel ao que pretende, mesmo que tenha optado por atenuar os efeitos em relação à crítica ao governo.

Em primeiro lugar, merece comentário a forma como a dengue aparece referida no texto. Ao se referir à dengue, são utilizados vocábulos ou expressões que contribuem para expor gradativamente o risco representado pela doença. No texto, a dengue aparece referida das seguintes formas: “a doença”, “a epidemia”, “(d) a moléstia” e “(d) forma hemorrágica da dengue”.

Ao final do terceiro parágrafo, que é introduzido pela asserção já comentada, “Mas que ninguém se engane”, encontra-se a seguinte afirmativa a respeito dos ovos já depositados pelas fêmeas: estes ovos aguardam “*apenas* o retorno das chuvas e um pouco mais de calor para *eclodir* e *voltar a infernizar* o sistema imunológico dos brasileiros” (grifos meus).

O emprego do operador de restrição *apenas* (cf. KOCH, 1993, p.198) funciona no texto para chamar a atenção para o risco corrido pelos brasileiros, diante de condições previstas em relação à proliferação da dengue. O efeito desse operador é ampliado pela utilização do termo *eclodir* e pela asserção *voltar a infernizar*, a qual, inclusive, rompe com o tom técnico e impessoal utilizado no texto.

No início do quarto parágrafo, aparece o enunciado “Para agravar o quadro”, procurando manter a relação e perpetuar os efeitos do que foi anunciado no parágrafo anterior, amplificando-os a partir do que o texto apresentará a seguir. Encontra-se nesse enunciado o verbo *agravar* que tem como pressuposto o fato de algo já ser grave e o anúncio de que ainda vai piorar mais e a expressão definida *o quadro*. Essa expressão remete a tudo que se disse anteriormente sobre a dengue no editorial, constituindo-se em um *quadro* que já vem sendo delineado desde o primeiro parágrafo do texto e que adquire cores mais fortes a partir do terceiro parágrafo. Essa retomada é uma estratégia que funciona como *encapsulamento* em relação a tudo o que se disse anteriormente sobre a dengue no editorial. O emprego dessa forma nominal referencial na progressão textual é “entendido como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto, a qual pode ser de extensão e complexidade variáveis.” (GRAEFF, 2007)

Um último ponto a comentar nesta análise é o enunciado que introduz o penúltimo parágrafo, apresentado na íntegra a seguir.

Para quem gosta de previsões catastrofistas, alguns epidemiologistas acreditam que é apenas uma questão de tempo até a febre amarela, uma moléstia bem mais grave que a dengue, se reurbanize no Brasil. É que a febre também tem como vetor o mosquito *Aedes Aegypti*. Se os focos dos insetos são muitos e há pessoas não imunizadas

vivendo próximas a eles, basta que alguém infectado seja picado para a doença propagar-se.

O penúltimo parágrafo, como se pode ver, apresenta dados alarmantes em relação aos riscos de reurbanização da febre amarela no Brasil, riscos relacionados à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. A introdução do parágrafo – “Para quem gosta de previsões catastrofistas, alguns epidemiologistas acreditam que é apenas uma questão de tempo até que a febre amarela, uma moléstia bem mais grave que a dengue, se reurbanize no Brasil” – funciona de forma a atenuar o impacto da informação dada no parágrafo. Tal efeito é conseguido pela utilização de uma estratégia discursiva de natureza polifônica em que o Locutor, entre os prováveis leitores, seleciona aqueles que pudessem acreditar na informação: “quem gosta de previsões catastrofistas”, ao mesmo tempo em que qualifica as informações como “previsões catastrofistas”, dando a idéia de que são exageradas e, portanto, pouco merecedoras de crédito. É um recurso que garante a apresentação da informação que compõe a argumentação do texto, sem que o editorialista se assimile aos enunciadores: “alguns epidemiologistas”.

Pode-se concluir, pela análise das estratégias textual-discursivas utilizadas no editorial “Mais cedo”, o distanciamento entre leitor e editorialista, efeito conseguido pela cena instituída, em que o Locutor assume, na maior parte do texto, um tom técnico ao apresentar as informações e as idéias defendidas no texto. Ao mesmo tempo, evita acusar, de forma explícita, o governo de FHC pela imprevidência, utilizando-se do recurso de não apontar diretamente os agentes responsáveis pelo ato de negligência, entre eles, no caso, o ministro da Saúde, utilizando a expressão “Ministério da Saúde”, o que dilui a força expressiva do enunciado.

Para recuperar os sentidos produzidos no editorial, não foram suficientes análises atreladas apenas às marcas lingüísticas deixadas pelo editorialista no texto. Foi necessário, também, integrar interioridade e exterioridade lingüística de modo a reconstituir as práticas discursivas e sociais. Esse tipo de análise, ao possibilitar uma articulação do texto ao momento histórico do qual é parte, apresenta-se como um importante recurso para viabilizar análises mais críticas no sentido de desvelar o que, mesmo não estando evidente, ou principalmente por isso, forma opiniões, seja por meio da veiculação de textos escritos pela mídia, seja por outras formas de distribuição e consumo.

## Anexos

### Mais Cedo

Não faltará quem classifique como eleitoreiro o aumento de 35,2% na previsão de verbas para combater a dengue em 2002. Mesmo que tenha motivação eleitoral, a ampliação dos fundos anunciada pelo Ministério da Saúde para enfrentar a doença é bem-vinda. De janeiro a julho deste ano, foram oficialmente computados 673.059 casos. Levando em conta o fenômeno da subnotificação, é lícito supor que milhões de brasileiros foram infectados. (FOLHA DE S. PAULO, 29 jul. 2002).

E é fundamental redobrar os esforços para conter a epidemia. Ao contrário do que pode parecer, ela não acabou. Apenas deu uma trégua neste inverno, em que o clima mais seco e as temperaturas mais baixas dificultam a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, o vetor da moléstia.

Mas que ninguém se engane. Ovos da próxima geração de mosquitos que propagará a doença já foram estrategicamente depositados pelas fêmeas em superfícies convenientes.

Aguardam apenas o retorno das chuvas e um pouco mais de calor para eclodir e voltar a infernizar o sistema imunológico dos brasileiros.

Para agravar o quadro, já são treze os Estados em que foi detectada a presença do sorotipo 3 da dengue, além dos mais clássicos 1 e 2. No ano passado, o tipo 3 só existia no Rio de Janeiro. Infecções recorrentes por sorotipos diferentes predisõem-se para o surgimento da forma hemorrágica da dengue, que pode ser fatal se não diagnosticada precocemente.

Para quem gosta de previsões catastrofistas, alguns epidemiologistas acreditam que é apenas uma questão de tempo até a febre amarela, uma moléstia bem mais grave que a dengue, se reurbanize no Brasil. É que a febre também tem como vetor o mosquito *Aedes Aegypti*. Se os focos dos insetos são muitos e há pessoas não imunizadas vivendo próximas a eles, basta que alguém infectado seja picado para a doença propagar-se.

Eleitoreiro ou não, o aumento das verbas antidengue é necessário. Na verdade, chega com atraso. O próximo verão ainda será dengoso.

## Referências

- ANTUNES, Irandé Costa. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In: MEURER, José Luiz, MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: Subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenação da tradução e revisão técnica de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- GRAEFF, Telisa Furlanetto. Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico. *Letras de Hoje*, v.42, n.2, p.191-200, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- “Mais cedo”. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 jul. 2002, Seção Opinião, p.2.